

A reconstrução do Brasil: regra fiscal e desindexação são essenciais

Luiz Carlos Bresser-Pereira (Entrevista a Ricardo Leopoldo)

Broadcast, 12.9.2016

O professor emérito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Luiz Carlos Bresser Pereira, afirmou ao **Broadcast** que há três medidas essenciais que seriam necessárias ser adotadas para a reconstrução macroeconômica do Brasil: "uma regra fiscal para a contenção dos gastos públicos, imposto sobre exportações de commodities e desindexação da economia."

Na avaliação de Bresser-Pereira, a regra fiscal deveria ser uma norma prescrita na Constituição, que estabeleceria uma porcentagem máxima da despesa total do Estado. Nesse contexto, ele é favorável à reforma da Previdência Social, que é grande responsável por boa parte dos gastos do governo.

"É também importante um imposto sobre as exportações de commodities, que neutralize as flutuações dos termos de trocas no País, o que acaba provocando a doença holandesa, com efeitos muito sérios sobre a economia, inclusive na indústria manufatureira", destacou o acadêmico.

"A desindexação da economia é fundamental e o Estado deveria ser proibido de firmar contratos baseados em índices, muito embora possa permitir correções pela inflação", disse. Bresser-Pereira, junto com o professor Yoshiaki Nakano, lançaram em 1981 a teoria da inflação inercial, que trata do processo de fortalecimento da alta de preços na medida em que a economia mantém alto nível de indexação.

Em palestra no décimo terceiro Fórum de Economia, promovido pela FGV, Bresser-Pereira referiu-se ao artigo "A Reconstrução do Brasil: A Reforma das Reformas", que tratou da Constituição de 1988. O texto faz parte de uma série lançada ontem pelo jornal O Estado de S.Paulo. "Há uma visão liberal, cujo o objetivo é destruir o Estado de Bem Estar Social", disse o acadêmico. Esta foi a interpretação de Bresser Pereira do que foi "explicitado" pelo artigo. "Agora o governo pretende desmontar também a CLT. Não acredito que vai acontecer, pois vai contra avanços e valores da sociedade brasileira. A Constituição de 1988 foi um grande avanço, que tem erros, mas tem avanços", ressaltou o professor.